

MAX EDUARDO ALVES RIBEIRO

Graduado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP e Mestre em Ciências Policiais, Criminologia e Investigação Criminal pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna - ISCPPI, em Lisboa, Portugal. Foi Advogado da Caixa Econômica Federal. Exerce o cargo de Delegado de Polícia Federal desde 2007, tendo desempenhado a chefia do Núcleo de Inteligência da Polícia Federal no Estado do Maranhão (2014-2017) e os cargos de Delegado Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado no Estado do Amazonas (2019-2020) e de Delegado Regional Executivo e Substituto Eventual do Superintendente Regional nos Estados do Amazonas (2020-2021) e do Tocantins (2023-). Possui experiências em Direito e Segurança Pública, com ênfases nas áreas de inteligência e contrainteligência policial, bem como de investigação, repressão e prevenção criminais.

CRIME ORGANIZADO E INFILTRAÇÃO POLICIAL EM MEIO ECONÔMICO

A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL ENTRE DESAFIOS E LIMITES



Belo Horizonte
2023

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jean Carlos Fernandes
André Cordeiro Leal	Jorge Bacelar Gouveia - Portugal
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jorge M. Lasmar
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	Jose Antonio Moreno Molina - Espanha
Antônio Rodrigues de Freitas Junior	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Claudia Rosane Roesler	Luiz Manoel Gomes Júnior
Clèmerson Merlin Clève	Luiz Moreira
David França Ribeiro de Carvalho	Márcio Luis de Oliveira
Dhenis Cruz Madeira	Maria de Fátima Freire Sá
Dirceô Torrecillas Ramos	Mário Lúcio Quintão Soares
Edson Ricardo Saleme	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Eliane M. Octaviano Martins	Nelson Rosenvald
Emerson Garcia	Renato Caram
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Florisbal de Souza Del'Olmo	Rodolfo Viana Pereira
Frederico Barbosa Gomes	Rodrigo Almeida Magalhães
Gilberto Bercovici	Rogério Filippetto de Oliveira
Gregório Assagra de Almeida	Rubens Beçak
Gustavo Corgosinho	Sergio André Rocha
Gustavo Silveira Siqueira	Sidney Guerra
Herta Rani Teles Santos	Vladimir Oliveira da Silveira
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Wagner Menezes
Janaina Rigo Santin	William Eduardo Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2023.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho

Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva

Imagem de Capa: Anderson Piza (Istockphoto)

Revisão: Fabiana Carvalho

341.5514 Ribeiro, Max Eduardo Alves.
R484c Crime organizado e infiltração policial em meio econômico: a investigação criminal entre
2023 desafios e limites / Max Eduardo Alves Ribeiro. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2023.
176 p.

ISBN: 978-65-5929-304-9

ISBN: 978-65-5929-310-0 (E-book)

1. Crime organizado. 2. Investigação criminal. 3. Organizações criminosas. 4. Meios de obtenção de prova. 5. Infiltração de agente policial. 6. Ambiente econômico. I. Título.

CDDir - 341.5514

CDD (23.ed.) - 364.106

Elaborada por: Fátima Falci
CRB/6-700

MATRIZ

Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 - Bairro Sion
Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000
Tel: (31) 3031-2330

FILIAL

Rua Senador Feijó, 154/cj 64 - Bairro Sé
São Paulo/SP - CEP 01006-000
Tel: (11) 3105-6370

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Dezembro Horizonte
2023

SUMÁRIO

PREFÁCIO	17
APRESENTAÇÃO	21
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1	
CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-NORMATIVA. CRIMINALIDADE ORGANIZADA E ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	29
1.1. Breve excuro histórico sobre o fenômeno da criminalidade organizada.....	31
1.2. Organização Criminosa. Tipologias, características e conceitos criminológicos.....	44
1.3. Organização Criminosa. Conceitos normativos e tipificações penais..	54
1.3.1. Nos principais regimentos internacionais	54
1.3.2. No ordenamento jurídico português	56
1.3.3. No ordenamento jurídico brasileiro	57
CAPÍTULO 2	
FASE DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NO DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO	61
2.1. Considerações preliminares	62
2.1.1. Direitos fundamentados na dignidade do ser humano.....	62
2.1.2. Direitos fundamentais à liberdade e à segurança	66
2.1.3. Distribuição do Poder estatal: limite e responsabilidade para a garantia dos direitos fundamentais.....	70

2.1.4. Persecução criminal, processo penal e a Polícia Judiciária como função essencial à Justiça.....	72
2.2. Fase da investigação criminal	79
2.2.1. Conceito e finalidades da investigação criminal	79
2.2.2. Devido inquérito policial.....	81
2.2.3. Modernização do inquérito policial e da investigação criminal...	95
 CAPÍTULO 3	
OBTENÇÃO DE PROVAS E PRINCÍPIOS INFORMADORES.....	101
3.1. Prova e meios especiais de obtenção	101
3.1.1. Conceito e função da prova	102
3.1.2. Valoração da prova obtida na fase de inquérito policial	104
3.1.3. Meios especiais de obtenção de prova previstos na Lei nº 12.850/2013	108
3.2. Princípios jurídicos pertinentes à prova no Estado Democrático de Direito	109
3.2.1. Princípio do respeito aos direitos e interesses legalmente protegidos do cidadão	110
3.2.2. Princípio da prossecução do interesse público ou da indisponibilidade do interesse público	111
3.2.3. Princípios da superioridade ética do Estado e da lealdade.....	111
3.2.4. Princípios da constitucionalidade, da legalidade e da legitimidade da prova	114
3.2.5. Princípio da investigação ou da verdade material.....	116
3.2.6. Princípio da proporcionalidade. Da proibição do excesso e da proibição da proteção deficiente.....	116
 CAPÍTULO 4	
INFILTRAÇÃO DE AGENTES	121
4.1. Breve abordagem histórica	122
4.2. Conceito	124
4.3. Distinções entre agente infiltrado e figuras próximas	127
4.3.1. Agente de inteligência	127
4.3.2. Informante	129
4.3.3. Colaborador.....	130
4.3.4. Agente à paisana e agente encoberto.....	130
4.3.5. Agente provocador	132
4.4. Questões ético-jurídicas da infiltração de agente.....	135
4.4.1. Regime jurídico português da infiltração de agente	138
4.4.2. Regime jurídico brasileiro da infiltração de agente policial.....	141
4.5. Infiltração econômica	151

CONCLUSÕES.....	163
Conclusões gerais.....	163
Conclusões específicas.....	167
REFERÊNCIAS	169